



INTRODUÇÃO

Há algum tempo, o termo “transsexual” era usado para designar pessoas transgênero, entretanto caiu em desuso por sugerir uma orientação sexual (REIS, 2018). Apesar de ser utilizado como xingamento transfóbico e também para denominar uma mulher trans que não desejava passar pelo processo de readequação genital, o termo “travesti” é comumente usada para empoderamento e resistência da comunidade (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS, 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem trabalhado, ao longo dos anos, para combater o preconceito e a discriminação, que é a realidade desse público, a fim de, de forma positiva, acabar com o desrespeito; por exemplo, o nome social como barreira ao acesso à saúde. Entretanto, algumas dificuldades ainda são observadas.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo tentar identificar como são tratadas as pessoas que se enquadram na condição LGBTIA+, assim como saber do que mais carecem no meio da saúde pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

A amostra foi selecionada por conveniência e teve como critério de inclusão: ser cidadão que se define transgênero, maior de 18 anos, que utiliza o serviço de uma unidade Básica de Saúde de um bairro específico e de um hospital de referência, ambos da cidade de Ubá-MG.

Como critério de exclusão, foi considerada a não concordância em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou responder parcialmente a quaisquer dos questionários propostos. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado para pessoas transexuais. Os dados foram codificados, transcritos e submetidos à análise do conteúdo. Os principais trechos foram apresentados no presente estudo, sem identificação dos voluntários. A coleta dos dados foi realizada no segundo semestre de 2023, por um indivíduo devidamente treinado. O projeto seguiu as normas da Resolução 466/12 do Ministério da Saúde.

RESULTADOS

Os dados revelaram uma diversidade significativa em relação à idade dos pacientes atendidos no SUS de uma Unidade Básica de Saúde de um bairro e do hospital de referência de Ubá-MG (Tabela 1).

Tabela 1 - Questionários aplicados na unidade de saúde e no hospital de referência contendo faixa etária e identidade de gênero (autodeclarado), no ano de 2023

Faixa etária	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Travesti	Total
16 a 20 anos	15,38% (4)	7,69% (2)	11,54% (3)	7,69% (2)	42,31% (11)
20 a 40 anos	19,23% (5)	7,69% (2)	3,85% (1)	3,85% (1)	34,62% (9)
40 anos mais	11,54% (3)	7,69% (2)	0	3,85% (1)	23,08% (6)
Total	46,15% (12)	23,08% (6)	15,38% (4)	15,38% (4)	100% (26)

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos dados numéricos (Tabela 2), nota-se que grande parte dos participantes sofreram algum tipo de preconceito por parte de um profissional (96,15%). Além disso, 65,38% afirmam não ter a sua identidade de gênero respeitada e 46,15% já sentiram vergonha ao procurar uma unidade de saúde. Todos os voluntários esperam ser acolhidos de forma igualitária.

Tabela 2 - Relatos, conforme questionários distribuídos entre pessoas transexuais na unidade de saúde e no hospital de referência, no ano de 2023

	Já sofreu assédio por parte de profissionais	Já sofreu preconceito por parte de um profissional	Não teve sua identidade de gênero respeitada	Foi acolhido(a) por um profissional de forma satisfatória	Já sentiu vergonha em procurar uma Unidade de Saúde	Espera que seja acolhido(a) de forma igualitária
Mulher trans	3,85% (1)	46,15% (12)	30,77% (8)	19,23% (5)	19,23% (5)	46,15% (12)
Homem trans	0	23,08% (6)	15,38% (4)	11,54% (3)	7,69% (2)	23,08% (6)
Não binário	0	15,38% (4)	3,85% (1)	15,38% (4)	7,69% (2)	15,38% (4)
Travesti	3,85% (1)	11,54% (3)	15,38% (4)	15,38% (4)	11,54% (3)	15,38% (4)
Total	7,69% (2)	96,15% (25)	65,38% (17)	61,54% (16)	46,15% (12)	100% (26)

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos depoimentos, a transcrição ocorreu de forma anônima, utilizando-se um nome fictício a fim de preservar a identidade dos voluntários. Esses depoimentos destacam os desafios significativos enfrentados por essa população, bem como os momentos positivos de suas experiências. Um dos depoimentos encontra-se transcrito abaixo.

Depoimento 1: Maria (nome fictício), 28 anos. Mulher trans.

Maria compartilhou suas experiências em relação à busca por atendimento no SUS. Ela relatou que, ao procurar uma unidade de saúde em sua cidade de origem, Divinésia-MG, enfrentou dificuldades em ser respeitada por sua identidade de gênero. "Fui maltratada por um dos funcionários da unidade de saúde, que insistiu em me chamar pelo meu nome de registro, apesar de eu ter explicado sobre meu nome social. Foi humilhante e me senti desvalorizada naquele momento." Devido a esse motivo, Maria procurou atendimento em outro local e encontrou no SUS de um outro bairro em Ubá-MG atendentes muito mais carismáticos e complacentes.

DISCUSSÃO

Um dos principais achados deste estudo diz respeito à implementação do uso do nome social. Embora tenha havido avanços na regulamentação do nome social nas portarias do SUS, a aplicação consistente desse direito nos registros de saúde e durante o atendimento ainda é um desafio significativo. Isso resulta em situações desconfortáveis para pacientes trans, prejudicando sua experiência nos serviços de saúde (GOMES, 2019).

Outro achado relevante se relaciona à falta de sensibilidade cultural, possivelmente devido à falta de um treinamento adequado para alguns profissionais de saúde. Muitos pacientes trans relataram experiências negativas de atendimento, incluindo discriminação e preconceito por parte de profissionais de saúde. Isso destaca a importância de investir em treinamentos que promovam a compreensão das questões de gênero e a sensibilidade dos profissionais (CECCIM; CARVALHO, 2006).

REFERÊNCIAS

- REIS, T. **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.
- GOMES, D. F. A. **Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Aurora Afonso da Costa - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- CECCIM, R.B.; CARVALHO, Y.M.. **Ensino da saúde como projeto da integralidade: a educação dos profissionais de saúde do SUS**. In: Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de Graduação na Área de Saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2006.